



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

O Consumo Consciente entre os Alunos de Administração de uma Universidade Federal Brasileira sob a ótica da Educação para a Sustentabilidade

SUELEN GEÍSE TELOCKEN
stelocken@gmail.com

VALÉRIA GARLET
valeriagarlet@yahoo.com.br

RODRIGO REIS FAVARIN
rodrigo.favarin@hotmail.com

LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MADRUGA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
luciagm@ufsm.br

MARCELO TREVISAN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
marcelotrevisan@smai.ufsm.br

O Consumo Consciente entre os Alunos de Administração de uma Universidade Federal Brasileira sob a ótica da Educação para a Sustentabilidade

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo evidenciar e comparar o comportamento de consumidor consciente nos diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem dos estudantes de Administração de uma Universidade Pública Federal Brasileira. Para a realização da pesquisa, foi aplicado um questionário com 290 alunos de diferentes níveis de ensino de Administração: técnico, graduação diurna, graduação noturno, mestrado e doutorado. Foi observado que o nível de escolaridade/aprendizagem influenciou no comportamento de consumidor consciente nas dimensões de reciclagem, consciência ecológica e frugalidade, nas quais houve maior valor percentual identificado de consumo consciente entre os alunos do doutorado. Porém, este comportamento dos doutorandos não ocorreu na dimensão de economia de recursos. Logo, não se pode afirmar que os níveis mais altos de escolaridade estão associados ao nível de conscientização nas quatro dimensões apresentadas no estudo uma vez que os alunos do técnico e da graduação também manifestaram valores percentuais altos de conscientização desse consumo, respectivamente, na dimensão de reciclagem e na dimensão de economia de recursos, o que não foi constatado entre os alunos do mestrado. Com esse estudo, ressalta-se a importância de inserir a sustentabilidade como tema transversal não só nas universidades, mas em todas as escolas afim de criar e desenvolver a consciência sustentável.

Palavras-chave: consumo consciente, educação, sustentabilidade, instituição pública de ensino superior

The Conscious Consumption among Administration Students of a Brazilian Federal University through the perspective of Education for Sustainability

Abstract:

This study aimed to highlight and compare the conscious consumer behaviour among different levels of education / learning of management's students from a Brazilian public university. A questionnaire was applied to 290 students from different levels of administration's courses: technical, daytime graduation, graduation night, master's and doctorate to reach the aim. It was observed that the level of education / learning influenced the conscious consumer behaviour in the dimensions of recycling, environmental consciousness and thrift, in which there was identified a higher percentage of consumer consciousness among students of the doctorate. However, this behaviour of doctoral candidates not occurred in the dimension of resources savings. Then, it can't be said that higher levels of education are associated with the level of awareness in the four dimensions presented in the study, since students of technical and management graduation also showed high percentages of consumption awareness, respectively, in the dimension of recycling and resource savings, that was not found among the students of the master degree. This study highlights the importance of including sustainability as a cross-cutting theme not only in universities but in all schools in order to create and develop sustainable consciousness.

Key Words: conscious consumption; education, sustainability, public institution of higher education

1. Introdução

Preocupar-se com as questões da sustentabilidade tornou-se responsabilidade de todas as esferas da sociedade, desde o poder público, empresas, organizações públicas, autoridades, governantes, mas principalmente de cada indivíduo. No que se refere ao aspecto individual, tem-se um fator importante: o consumismo, que se desenvolveu e se sofisticou muito a partir da revolução industrial. Produz-se, diariamente, uma nova diversidade de necessidades e desejos nos consumidores, contribuindo para o aumento desenfreado no consumo de alguns produtos e serviços, o que, muitas vezes, impacta diretamente em dois aspectos: no ambiental, com a geração de resíduos, e no sociocultural com o aumento da diferença entre classes sociais. Neste sentido, a educação para a sustentabilidade busca desenvolver nas pessoas uma visão crítica e responsável de seu papel enquanto cidadão e consumidor.

Em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos por meio da Lei 12.305/1998. Essa lei apresenta os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relacionados à gestão dos resíduos sólidos, à responsabilidade dos geradores desses resíduos e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Essa lei abrange pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, e as que desenvolvem ações voltada à gestão desses resíduos. Nota-se que essa Política responsabiliza as instituições, o governo e todos os indivíduos pela geração e destinação dos resíduos sólidos.

É importante destacar que a Lei 12.305/2010 apresenta a Educação Ambiental como instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Percebe-se, com isso, que a educação é uma ferramenta fundamental quando se objetiva uma sociedade sustentável.

Esse trabalho baseia-se nos estudos da Educação para a Sustentabilidade (HESSELINK, KEMPEN e WALS, 2000) e pelos trabalhos da Organização das Nações Unidas – ONU, que tratam dos conceitos, de como, quando e onde acontece a Educação para a Sustentabilidade tanto no contexto global quanto no local.

O contexto deste trabalho está relacionado com as preocupações cada vez mais emergentes com a sustentabilidade, considerando que a educação é um meio imprescindível para se formar cidadãos conscientes de seu papel enquanto consumidores que devem mudar sua forma de comprar e utilizar os recursos disponíveis.

Nesta interação entre sustentabilidade, educação e consumo sustentável, busca-se ter um olhar mais crítico sobre a forma como as pessoas estão se comportando no que se refere ao meio ambiente. Desta forma, esse estudo tem o seguinte problema de pesquisa: os diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem influenciam no comportamento de consumidor consciente? Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo evidenciar e comparar o comportamento de consumidor consciente nos diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem dos estudantes de Administração de uma Universidade Pública Federal Brasileira, ou seja, se os consumidores, ao atingir níveis mais altos de escolaridade, aumentam, também, seu nível de conscientização e assim, no momento de consumir, são mais conscientes.

Esta pesquisa justifica-se, pelo fato de que, segundo Daly (1996), há a necessidade de limitação escalar da economia humana, respeitando os limites de suporte natural; e de que, segundo Maciel (2015), as empresas e as instituições já estão cientes desse fato e que, desde o começo dos anos 2000, práticas de sustentabilidade têm sido implementadas nos mais diversos ramos da economia. Logo, tem-se a necessidade de conscientizar a população, seja por meio da educação ou da conversão de valores.

Este estudo tem a seguinte estrutura: introdução, revisão de conceitos relacionados à sustentabilidade, educação sustentável e consumo sustentável, apresentação do método, apresentação e análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 Desenvolvimento Sustentável e Sociedade

É cada vez mais notável que ação humana tem impactado negativamente no meio ambiente, por meio do crescimento econômico. Esse impacto vem de épocas muito anteriores, mas as consequências têm se intensificado à medida que as atitudes e ações do homem não são conscientes de sua influência negativa sobre o planeta. É urgente a necessidade de uma sociedade sustentável, preocupada com as questões ambientais. Mikhailova (2004) propõe que uma sociedade sustentável “não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos” (MIKHAILOVA, 2004, p. 25-26). A autora sugere que a garantia do desenvolvimento sustentável depende de uma avaliação do quanto de capital natural tem-se em estoque: quanto já foi perdido como resultado da degradação ambiental, quanto ainda tem-se disponível e quanto está ameaçado pela destruição.

Baumgartem (2014) faz um enlace com a relação entre sociedade, sustentabilidade e consciência, expondo que esses conceitos envolvem “os conhecimentos científicos e tecnológicos como produtos sociais que refletem valores e contradições das sociedades que os engendram e que, ao mesmo tempo, contribuem para a formação dessa sociedade em um processo de duplo condicionamento” (BAUMGARTEM, 2014, p.18). A autora também comenta que há uma disparidade social de um lado com todo o acesso à internet e a capacidade de disseminar informações e de outro lado com o aumento das desigualdades sociais no acesso aos bens que caracterizam as tecnologias de informação e comunicação. É necessário, ainda segundo a autora, que se criem estratégias e meios que alavanquem a sociedade sustentável em todas as suas dimensões. Olivio et al. (2010) apresentam o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança no qual o uso dos recursos, os investimentos, a tecnologia e as mudanças institucionais devem estar alinhadas com as necessidades presentes e futuras.

Relacionando com a ótica do consumo, Pereira et al. (2015) fazem um trabalho retomando conceitos de inovação, design e sustentabilidade aplicados às comunidades criativas em Minas Gerais. Os autores propõem o design sustentável como forma de apoiar “o desenvolvimento de bens no ponto de vista de uma nova ótica de consumo, sem exageros, sem destruição de reservas naturais, sem acúmulo de resíduos e poluição” (PEREIRA et al, 2015, p. 39). Nota-se que não é necessário que o consumo cesse. Apenas que haja opções sustentáveis para os consumidores poderem usufruir de maneira a buscar a preservação do meio ambiente. Para tal, é necessário que haja a conscientização da população, e o meio para isso, é a educação, tema abordado na próxima seção.

2.1 Educação para a Sustentabilidade

O desenvolvimento econômico pode gerar riqueza e fartura, mas tem suas consequências: miséria, degradação ambiental, poluição, entre outros. A proposta do desenvolvimento sustentável é justamente alinhar o crescimento, a produção, a exploração (desenvolvimento econômico) com o comprometimento com os recursos naturais, visando à qualidade de vida da geração presente e das gerações futuras (desenvolvimento sustentável) (SILVA, 2006).

Em 2005, a UNESCO lançou a iniciativa “A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS)”, cujo objetivo é “integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar

mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos” (UNESCO, 2005).

Neste sentido, Lauder et al (2006) apontam que a educação é uma ferramenta importante para a preparação de indivíduos para uma sociedade sustentável. Segundo Hesselink, Kempen e Wals (2000), a perspectiva educacional que traz as noções de aprendizagem individual, pedagogia e emancipação. Os autores complementam seu posicionamento com uma pesquisa realizada com diversos professores a qual mostra que a Educação para a Sustentabilidade é considerada uma força, fenômeno ou ferramenta dentro da educação contemporânea, tanto formal e não-formal, tem que ser reconhecida e tem valor agregado para tratar questões relacionadas ao meio ambiente e à sociedade.

Partindo deste pressuposto, a escola, nos diferentes níveis, é um bom lugar para unir a teoria com a prática. Segundo Felix (2007), o trabalho educacional é urgente para que haja a sensibilização na comunidade, para o pensamento sustentável, como forma de reverter e estabilizar os danos já causados ao meio ambiente, já que grande parte dos desequilíbrios, sejam eles ambientais ou sociais, se dá a partir do desperdício e do uso inadequado de bens da natureza. A partir das instituições de ensino, pode-se mudar os hábitos e atitudes das pessoas, levando à formação de sujeitos mais conscientes.

Segundo Veloso et al. (2011), a Educação para a Sustentabilidade há pouco tempo vem sendo incorporada na agenda das reflexões acadêmicas e políticas. Para o mesmo autor, a Educação para a Sustentabilidade está sendo inserida nas escolas em todas as disciplinas do currículo, sugerindo discussões de natureza ética, ecológica, política, econômica, social e cultural e regulamentada nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Inserido no contexto da Educação para a Sustentabilidade, Sousa Filho et al. (2011) afirmam que em 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), tendo a sustentabilidade como uma das suas dimensões, e obrigou mudanças nos diversos cursos de graduação no Brasil, já que tal política determinou que a Educação para a Sustentabilidade passasse a ser tema obrigatório e transversal em todos os níveis educacionais. Dessa forma, os mesmos autores também mencionam que todos os cursos de graduação, em diferentes áreas, necessitaram se adequar a PNEA.

Já em 2012, na Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, houve a aprovação da resolução “O Futuro que Queremos”. O documento enfatiza a relação existente entre a educação e o Desenvolvimento Sustentável, entre os quais: melhorar e qualificar os processos de formação de professores em Educação para a Sustentabilidade; elaborar planos de estudos sobre Sustentabilidade; elaborar programas que preparem os alunos para carreiras em âmbitos relacionados com a Sustentabilidade; usar de forma mais efetiva a tecnologia de informação e comunicação, com vistas à melhoria do ensino e da aprendizagem; promover maior cooperação e integração entre escolas, comunidades e autoridades para a promoção de uma educação de qualidade em todos os níveis (ONU, 2012).

Dentro desse contexto, Barreiros (2008) afirma que é por meio da figura do professor que a aprendizagem se dá na escola, e que ele precisa estar consciente de seu trabalho, pois possui grande influência sobre o aluno. Além disso, de acordo com o mesmo autor, em geral, as pesquisas que envolvem educação são direcionadas aos alunos, à aprendizagem, às condições de ensino, à valorização da educação e, no meio do caminho, a figura do professor é tratada apenas como o que ensina. Deds (2005) complementa que a ONU também se preocupa com a qualificação dos professores para o ensino da sustentabilidade, pois a capacitação de educadores é um fator relevante para a estimulação do interesse dos alunos e do reconhecimento das questões relativas ao Desenvolvimento Sustentável. A forma como o educador dissemina o conhecimento reflete no modo como o Desenvolvimento Sustentável é entendido pelos educandos.

Nesse sentido, os educadores têm desempenhado um papel estratégico e decisivo na inserção da Educação para Sustentabilidade, qualificando os alunos para um posicionamento crítico ante a crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da Sustentabilidade em seu significado mais abrangente (JACOBI, 2005). Para tal, cria-se a visão crítica do novo cidadão, o que o leva a ser mais consciente em suas atitudes. Esse aspecto será tratado na próxima seção.

2.2 Consumo Consciente

Um período de expansão tecnológica e científica amplo apresenta-se no século atual, com descobertas geniais, mas com o legado de um desequilíbrio ambiental que ameaça a continuidade da vida dos seres humanos no planeta Terra. Percebe-se que o desenvolvimento econômico-social trouxe, além de benefícios, a degradação ambiental e a sequela de um subdesenvolvimento de várias nações. Em resposta à crise ambiental, a sociedade deve buscar o envolvimento de todos os setores que a compõe, além de iniciar uma nova relação entre o homem e o meio ambiente que o cerca (CALGARO, 2016).

Olívio et al. (2010) propõe que a cultura do consumismo se originou a partir da Revolução Industrial e se consolidou na Segunda Guerra Mundial, a partir da qual nasceu e se desenvolveu a sociedade de consumo americana. Outros autores comentam que “também surgiram neste período conceitos como ‘obsolescência planejada’, ‘marketing’ e ‘produtos descartáveis’, que deram novos formatos às relações de consumo, fixando o consumismo como entidade capitalista” (OLIVIO et al., 2010, p. 16).

Devido à complexidade das questões ambientais, o desenvolvimento só é possível se as relações entre as dimensões sociais, políticas, ecológicas, econômicas, espaciais e culturais forem equilibradas (CALGARO, 2016). Segundo Resende (2013), a humanidade já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. Se os padrões de consumo e produção se mantiverem no atual patamar, em menos de 50 anos serão necessários dois planetas Terra para atender às nossas necessidades de água, energia e alimentos. Esta situação já é refletida, por exemplo, no acesso irregular à água de boa qualidade em várias partes do mundo, na poluição dos grandes centros urbanos e no aquecimento global. Como se vê, os padrões atuais de consumo da sociedade moderna são socialmente injustos e ambientalmente insustentáveis.

Isso acontece, pois, impulsionado pelo aumento da renda das pessoas e pela redução dos custos nos produtos, o consumo em excesso e ilimitado vem sendo abordado como um dos vilões do descontrole dos recursos naturais, influenciando também na harmonia ambiental. Nesse sentido, surge a proposição de um consumo consciente ou sustentável, que esteja relacionado a um modo de vida que valorize a responsabilidade ambiental, a qual observa os impactos que um produto pode exercer sobre o meio ambiente, e cujo foco está em preservar e manter um meio social com maior qualidade de vida (DE TONI et al., 2012).

Evidencia-se que o Consumo Consciente (CC) é lançado à tona para conscientizar a população, pois, para o Instituto Akatu (2010), o CC acontece ao serem levados em consideração os impactos provocados pelo consumo, buscando maximizar os efeitos positivos e minimizar os negativos de acordo com os princípios da sustentabilidade. Silva (2006) complementa que o CC são atitudes positivas em relação à aquisição de produto e serviços, que preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas com a diminuição da poluição, o incentivo à reciclagem e a

eliminação do desperdício. Por meio delas poder-se-á, um dia, atingir o tão sonhado desenvolvimento sustentável do planeta.

A Consciência Ecológica retrata a fase de aquisição, indicando a preferência dos consumidores por produtos, serviços, empresas e políticos ecologicamente corretos. A Economia de Recursos indica a fase do uso, tendo como destaque a racionalização ou a redução do desperdício de recursos, tais como água e energia elétrica. A Reciclagem retrata a fase de descarte, reuso e reaproveitamento de materiais, às vezes implicando um retorno imediato para o consumidor, às vezes não. A partir desses argumentos, busca-se identificar como o consumo consciente se relaciona com a percepção de valor e lealdade no comportamento de compra de produtos ecologicamente corretos e como o envolvimento com esse tipo de produto modera essas relações. (DE TONI et al., 2012).

3. Método

Essa pesquisa pode ser classificada como descritiva com uma análise quantitativa (GIL, 2009; HAIR et al., 2005). Para este estudo foi utilizada uma amostragem estratificada. Foi aplicado o método *Survey* (HAIR et al., 2005). O questionário utilizado foi escolhido a partir do trabalho de Ribeiro e Veiga (2011). Os autores indicam quatro dimensões que definem o construto consumo consciente: consciência ecológica, economia de recursos, reciclagem e frugalidade ou planejamento.

Para Ribeiro e Veiga (2011), consciência ecológica retrata a fase de aquisição, indicando a preferência dos consumidores por produtos e serviços ecologicamente corretos. Economia de recursos retrata a fase de uso, destacando o não desperdício de água e energia elétrica. Reciclagem retrata a fase de descarte, lembrando o cuidado com o meio ambiente no fim do ciclo de vida dos produtos. Frugalidade, por sua vez, pode ser considerada uma categoria híbrida dessa escala, na medida em que se refere à compra de produtos usados e à preocupação em reutilizar os produtos sempre que possível.

Essas quatro dimensões correspondem aos 13 itens do questionário aplicado. O instrumento utilizou-se de uma escala Likert de 5 pontos, variando de Sempre a Nunca. O quadro 1 apresenta os itens correspondentes a cada dimensão.

Quadro 1: Dimensões e itens da escala utilizada.

Dimensões	Itens
Reciclagem	Separo objetos de metal (latas de alumínio, óleo, extrato de tomate, etc.) para reciclagem. Separo vidro (garrafas de cerveja, vinho, frascos de perfumes, etc.) para reciclagem. Separo papéis (jornais, revistas, livros, cadernos, etc.) para reciclagem. Separo papéis (jornais, revistas, livros, cadernos, etc.) para reciclagem.
Consciência Ecológica	Nas eleições para cargos públicos, prefiro votar em candidatos que têm posições firmes em defesa do meio ambiente. Paro de comprar de uma empresa que mostra desrespeito pelo meio ambiente. Mudo de marca para comprar de empresas que demonstram maior cuidado com o meio ambiente.
Frugalidade	Busco maneiras de reutilizar os objetos. Tento consertar as coisas em vez de jogá-las fora.

	Compro produtos usados.
Economia de Recursos	Deixo aparelhos como televisão e computador ligados mesmo quando não os estou utilizando. Não fecho as torneiras da pia ou do chuveiro quando estou ensaboando os objetos, o corpo ou as mãos. Deixo luzes acesas sem necessidade.

Fonte: Adaptado pelos autores de Ribeiro e Veiga (2011).

Segundo Tilbury e Wortman (2008), um grande número de instituições de ensino superior em vários países está encontrando apoio, em nível nacional, para fortalecer uma formação pró-sustentabilidade. Com base nisso, foi analisada uma instituição que tem 25.756 alunos regularmente matriculados e um total de 27.541 considerando outras situações como aluno especial, intercâmbio, mobilidade acadêmica, sem oferta de disciplina e trancamento total (dados do site da universidade em 2016). A instituição oferece 128 cursos, incluindo graduação presencial e a distância. No que tange à sustentabilidade, a instituição possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável que apresenta princípios e diretrizes com o objetivo de direcionar a gestão institucional para o gerenciamento de políticas e ações efetivas de sustentabilidade.

A partir da escolha da instituição, os questionários foram aplicados em diferentes níveis do curso de administração. Justifica-se a escolha, pois, Barbieri e Silva (2011) apontam a predominância excessiva de uma abordagem antropocêntrica, abordagem segundo a qual o ser humano é o destinatário por excelência da administração, o que conduz a uma postura convencional dos praticantes da administração. Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) complementam ainda que a forma de incorporação das questões ambientais nas organizações reflete a maneira como a sustentabilidade é trabalhada nas escolas de administração, nas quais apenas considera-se marginalmente o fato dos seres humanos estarem vivendo em um planeta com recursos finitos.

Os questionários foram aplicados em sala de aula no mês de agosto de 2016. O instrumento foi composto por 2 partes: uma correspondente à identificação do perfil dos respondentes e outra referente às questões específicas da pesquisa. Buscou-se informação relativa ao número de matriculados em cada curso com as respectivas secretarias para efeito de cálculo de tamanho de amostra: Técnico em Administração, Graduação em Administração Diurno e Noturno, Mestrado em Administração e Doutorado em Administração. Foi utilizada uma amostragem estratificada, com 5% de erro amostral, conforme quadro 2 que segue.

Quadro 2: Número de alunos matriculados por curso, número amostral e número de respondentes.

Curso	Nº matriculados 2º Semestre/2016	Nº amostral	Nº respondentes
Técnico em Administração	62	25	30
Graduação Administração Diurno	193	76	103
Graduação Administração Noturno	235	93	99
Mestrado em Administração	56	23	31
Doutorado em Administração	64	26	27
Outros			
Total	610	243	290

Fonte: elaborado pelos autores.

Para fins de análise, as questões de cada dimensão foram agrupadas. Foi realizada uma contagem do número de cada uma das 5 opções de resposta para cada nível de escolaridade. Posteriormente, realizou-se um cálculo percentual para observar a representatividade de cada resposta dentro do seu nível de escolaridade.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

A amostra foi constituída por 290 alunos correspondentes ao técnico, a graduação e a pós-graduação em Administração da Universidade Pública Brasileira.

Na tabela 1 são identificados os dados descritivos desse grupo.

Tabela 1 – Dados descritivos do grupo amostral

	Grupo Amostral (%)
Idade	
16 - 25 anos	198 (68,28%)
26 - 35 anos	75 (25,86%)
36 - 45 anos	14 (4,83%)
46 – 50 anos	1 (0,34%)
Acima de 50 anos	2 (0,69%)
Sexo	
Masculino	139 (48%)
Feminino	151 (52%)
Estado Civil	
Solteiro	232 (80%)
Casado/ mora com o (a) companheiro (a)	51 (17,4%)
Separado/ Divorciado	7 (2,4%)
Viúvo	0 (0%)
Curso	
Técnico em Administração	30 (10,34%)
Graduação em Administração Diurno	103 (35,52%)
Graduação em Administração Noturno	99 (34,14%)
Mestrado em Administração	31 (10,69%)
Doutorado em Administração	27 (9,31%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Referente à caracterização da amostra, observa-se que é formada em sua maioria pelo gênero feminino (151 alunos, 52%) e 139 alunos (48%) do gênero masculino; a maioria possui de 16 a 25 anos (198 alunos, 68,28%), seguidos de 75 alunos (25,86%) que possuem idade entre 26 e 35 anos, de 14 alunos (4,83%) que possuem idade entre 36 e 45 anos, 1 aluno (0,34%) que possui idade entre 46 e 50 anos e 2 alunos (0,69%) têm acima de 50 anos;

Com relação ao estado civil, a maioria dos estudantes são solteiros (232 alunos, 80%), seguidos de 51 (17,4%) que são casados/moram com o (a) companheiro (a) e 7 alunos (2,4%) são divorciados/separados.

Quanto ao nível de curso em Administração, 103 alunos (35,52%) estão na graduação diurno, 99 alunos (34,14%) estão na graduação noturno, 31 alunos (10,69%) estão no mestrado, 10 alunos (10,34%) cursam o técnico e 27 alunos (9,31%) cursam o doutorado.

De acordo com as respostas obtidas por meio do questionário, foi considerado o agrupamento das respostas sempre/freqüentemente e raramente/nunca de cada dimensão estudada para identificar diferenças de comportamentos entre os níveis de

escolaridade/aprendizagem dos estudantes de Administração, sendo seus resultados observados na tabela a seguir. Na tabela 2 encontra-se a comparação do comportamento do consumidor consciente nos diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem dos estudantes de Administração.

Tabela 2: Comparação do comportamento do consumidor consciente nos diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem dos estudantes de Administração

Dimensão	Resposta	Técnico	Graduação diurna	Graduação noturna	Mestrado	Doutorado
Reciclagem	Frequentemente/Sempre	52 (43,33%)	126 (30,58%)	152 (38,38%)	49 (39,52%)	51 (47,22%)
	Raramente/Nunca	38 (31,67%)	182 (44,17%)	132 (33,33%)	55 (44,35%)	36 (33,33%)
Consciência Ecológica	Frequentemente/Sempre	31 (34,44%)	77 (24,92%)	68 (22,90%)	31 (34,41%)	32 (39,51%)
	Raramente/Nunca	31 (34,44%)	108 (34,95%)	89 (29,97%)	19 (20,43%)	18 (22,22%)
Frugalidade	Frequentemente/Sempre	40 (44,44%)	145 (46,93%)	136 (45,79%)	39 (41,94%)	45 (55,56%)
	Raramente/Nunca	22 (24,44%)	59 (19,09%)	43 (14,48%)	22 (23,66%)	15 (18,52%)
Economia de recursos	Frequentemente/Sempre	21 (23,33%)	58 (18,77%)	41 (13,80%)	11 (11,83%)	15 (18,52%)
	Raramente/Nunca	46 (51,11%)	169 (54,69%)	192 (64,65%)	65 (69,89%)	41 (50,62%)

Cada frequência de resposta de cada nível para as questões relacionadas a cada dimensão é seguida de seu percentual.

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se na tabela 2, referente à dimensão de reciclagem, que a prática da separação de materiais para reciclagem está mais presente dentre os alunos do doutorado (51; 47,22%) e do técnico (52; 43,33%). Os alunos de graduação diurna (182; 44,17%) e mestrado (55; 44,37%) raramente ou nunca separam material para reciclagem. Neste estudo em média 38,75% dos alunos de graduação não separam materiais para reciclagem, corroborando com o resultado encontrado por Lima e colaboradores (2015) onde 38,5% dos discentes do curso de Administração de uma universidade Pernambucana também nunca/raramente separam o lixo para reciclagem.

Em contrapartida, um estudo realizado por Pastore e colaboradores (2015) demonstrou que 99% dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino de Caxias do Sul sempre separam o seu lixo.

Para Silva (2006), o incentivo à reciclagem é uma prática que gera o consumo consciente, com a finalidade de manter o equilíbrio ecológico do planeta. Sendo assim, quanto

maior número de pessoas engajadas na seleção do material reciclável, melhor será o benefício gerado ao meio ambiente.

Quanto à dimensão da consciência ecológica, pôde-se constatar que os alunos do doutorado (32; 39,51%) preocupam-se mais com o posicionamento de políticos e empresas que defendem as questões ambientais. A menor preocupação foi averiguada nos alunos do técnico (31; 34,44%) e da graduação diurna (108; 34,95%). Em estudo realizado por Lima e colaboradores (2015) averiguou-se que 13,5% dos discentes do curso de Administração de uma Universidade Pernambucana costuma deixar de comprar produtos de empresas como punição por terem feito algo prejudicial à sociedade ou ao meio ambiente. Neste estudo percebeu-se que uma média de 23,91% dos alunos de graduação afirmou levar em consideração a conduta das empresas/políticos na hora da escolha, ou seja, o valor encontrado foi superior quando comparado ao estudo de Lima. Importante salientar que neste estudo, a dimensão consumo consciente também levou em consideração a interação do público respondente com os políticos.

De Toni et al. (2012) enfatizam a importância da preferência dos consumidores por produtos, serviços, empresas e políticos ecologicamente corretos, uma vez que essas escolhas tendem a contribuir para preservação dos ecossistemas.

Já em relação a dimensão frugalidade, observou-se maior prudência quanto ao uso dos recursos de consumo nos alunos de doutorado (45; 55,56%), como por exemplo na reutilização/conserto em vez de a compra de novos produtos. A menor prudência foi constatada entre os alunos de graduação noturna (43; 14,48%). Esse resultado pode ser explicado pela renda. Esta possibilidade está de acordo com De Toni et al. (2012) que afirmam que o aumento do consumo é impulsionado pelo aumento da renda das pessoas e também pela redução dos custos nos produtos. A preocupação desse consumo em exagero é reportada por autores como Pereira et al. (2015) que buscam alternativas para a geração de uma nova ótica de consumo. Como este instrumento não aborda a questão da renda, seria interessante que estudos futuros relacionem esse fator com a sustentabilidade.

Finalmente, no que diz respeito à dimensão da economia de recursos, os alunos do mestrado (65; 69,89%) apresentaram maior consciência quanto ao desperdício de recursos, como por exemplo, a água e a eletricidade. Identificou-se entre os alunos técnico, a menor consciência quanto a economia dos recursos (21; 23,33%). Conforme Olivio et al. (2010), deve haver um processo de conscientização do desenvolvimento sustentável, devendo o uso dos recursos estarem alinhados com as necessidades atuais e futuras. Para isto, torna-se necessário que as pessoas desempenhem hábitos e atitudes de consumo consciente. Neste estudo percebeu-se que uma média de 12,81% dos alunos de graduação não age de forma responsável na economia de recursos. Em estudo realizado com os alunos dos cursos de nível superior nas instituições de ensino da cidade de Brusque, Aiubi et al. (2011) demonstram que existe um comportamento insipiente no que tange ao consumo consciente e a prática de uma vida mais responsável no uso dos recursos, o que vai ao encontro com os resultados obtidos nesta pesquisa.

Portanto, a partir dos resultados encontrados, observou-se que o nível de escolaridade/aprendizagem influenciou no comportamento de consumidor consciente, nas dimensões de reciclagem, consciência ecológica e frugalidade, nas quais houve maior valor percentual identificado de consumo consciente entre os alunos do doutorado. Porém, este comportamento dos doutorandos não ocorreu na dimensão de economia de recursos. Logo, não se pode afirmar que os níveis mais altos de escolaridade estão associados ao nível de conscientização nas quatro dimensões apresentadas no estudo uma vez que os alunos do técnico e da graduação também manifestaram valores percentuais altos de conscientização desse consumo, como averiguado, respectivamente, na dimensão de reciclagem e na dimensão de economia de recursos, o que não foi averiguado entre os alunos do mestrado.

No presente estudo, averiguou-se que o consumo consciente esteve presente nos diferentes níveis de ensino/aprendizagem, não havendo uma hierarquização do conhecimento do consumo sustentável por meio destes níveis. Ou seja, não se pode dizer que o mestrando possui maior conscientização quanto à sustentabilidade do que o graduando ou o técnico. O fato da Educação para a Sustentabilidade ter sido implementada recentemente nas Universidades (VELOSO et al., 2011) pode justificar tal comprovação. Embora, conforme a PNEA, a Sustentabilidade deveria ser tema obrigatório em todos os níveis educacionais (SOUZA FILHO et al., 2011).

Ressalta-se que o tema de consumo consciente averiguado na área acadêmica tem sido, atualmente, objeto de muitos estudos (LIMA et al., 2015; MENECHINI et al., 2015; PASTORE et al., 2015; AIUB et al., 2011).

Diversos autores apontam a importância de a educação atuar como uma via de sensibilização social para o pensamento sustentável (HESSELINK, KEMPEN e WALS, 2000; LAUDER et al., 2006; FELIX, 2007; VELOSO et al., 2011; SOUZA FILHO et al., 2011). A partir das instituições de ensino, pode-se mudar os hábitos e as atitudes das pessoas, levando à formação de sujeitos mais conscientes (FELIX, 2007).

Há inclusive uma preocupação da ONU (2012) na busca da melhoria do ensino e da aprendizagem na área da Sustentabilidade, como por exemplo na resolução de programas que preparem os alunos para carreiras em âmbitos relacionados com as práticas sustentáveis. Com isto, o professor tem papel essencial na (trans)formação da cidadania ambiental dos alunos (DEDS, 2005; JACOBI, 2005; JACOBI, RAUFFLET e ARRUDA, 2011) e para tanto deve haver a qualificação do processo de formação de professores em Educação para a Sustentabilidade (ONU, 2012). Nesse estudo, não houve uma demonstração de consciência sustentável que atingisse altos valores percentuais, o que remete à necessidade de programas de preparação para os alunos e para os professores e que pode ser compactuada com a ideia de Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) relativa à superficialidade com que se é tratado o assunto da Sustentabilidade nas escolas de Administração, nas quais tem-se a percepção de que os recursos são finitos.

Para que a sustentabilidade esteja, efetivamente, presente no ensino das escolas de administração, Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) complementam ainda que é preciso desenvolver um trabalho de formação interdisciplinar com os docentes para que eles se transformem em atores que coloquem em prática tal mudança e repassem a seus discentes, pois das escolas de administração emanam: gestores; líderes; profissionais que poderão prejudicar, atenuar ou viçar o desenvolvimento sustentável (GODOY, BRUNSTEIN e FISCHER, 2013).

Considerações Finais

Na presente pesquisa, o objetivo foi evidenciar e comparar o comportamento de consumidor consciente nos diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem dos estudantes de Administração de uma Universidade Pública Federal Brasileira. Foi constatado que não se pode dizer que houve uma superioridade de práticas sustentáveis dentre os alunos da pós-graduação, quando comparados aos da graduação e do técnico em Administração, ainda que em algumas dimensões estudadas os doutorandos apresentaram maior percentual de consciência sustentável em detrimento dos alunos do mestrado. Destaca-se que os alunos do técnico apresentaram bom desempenho sustentável.

O consumo consciente pode ser alcançado por meio da educação, por meio de professores com formação adequada e também da consciência do aluno em tornar frequente a

prática de tais aprendizagens. Esse tema deveria ser abordado nos diferentes níveis de escolaridade/aprendizagem com a finalidade de utilizar os recursos de forma mais eficiente e responsável.

Como limitações a este estudo, tem-se a dificuldade de, além de se atingir a amostra necessária, buscar um número maior de respondentes em alguns cursos. Isso deu-se devido ao fato de que muitos alunos estavam em período de estágio ou de elaboração de dissertação/tese e não estavam presentes na instituição de ensino. Além disso, há limitação em abordar apenas alunos de determinado eixo de formação (Administração) e de uma única universidade pública. Estudos futuros podem abordar outros cursos em outras universidades inclusive privadas.

Sugere-se que mais estudos sejam realizados acerca da temática abordada, com enfoque investigativo de um número amostral maior, abrangendo, também, outros cursos e também com entrevistas com os docentes dos cursos pesquisados, para evidenciar suas percepções em relação à sustentabilidade e se a mesma é trabalhada transversalmente nas disciplinas por eles ministradas.

A preocupação sobre questões ambientais tem crescido nos últimos anos, porém, o padrão de consumo da sociedade contemporânea e o processo para tornar os consumidores de hoje mais conscientemente sustentáveis ainda perdurarão por várias décadas.

Referências

AIUB, G.W.; MARTINS, L.A.S.; REINECKER, L.F.G. Consumo consciente entre universitários na região de Brusque-SC. Revista da Unifebe, nº 9, 2011. [Online]. Disponível em: <http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/48/39> > Acesso em: 10/09/2016.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. **Educação ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BARDI, A.; SCHWARTZ, S. H. Values and behavior: strength and structure of relations.

BARREIROS, J. L. **Fatores que influenciam na motivação de professores**. 105 f. 2008. Monografia (curso de Psicologia), Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 5.773, de 09 de maio de 2006. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. [Online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 29/08/2016.

CALGARO, C. Desenvolvimento sustentável: Uma realidade a ser alcançada. Revista Âmbito Jurídico. 2016. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=534> Acesso em julho de 2016.

DALY, H. E. Crescimento sustentável? Não obrigado. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

DE TONI, D; LARENTIS, F; MATTIA, A. Consumo consciente, valor e lealdade em produtos ecologicamente corretos. (Portuguese): Conscious consumption, value and loyalty in environmentally friendly products (English). **Revista de Administração FACES Journal**. 11, 3, 136-156, July 2012. ISSN: 15178900.

FELIX, R. A. Z. Coleta Seletiva em Ambiente Escolar. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande do Sul, v. 18, p. 56-71. 2007.

FURRIELA, Rachel BidermaL. **Educação para o consumo sustentável**. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente - Programa Conheça a Educação do Cibec/Inep-MEC/SEF/COEA, 2001.

GODOY, A.S.; BRUNSTEIN, J.; FISCHER, T.M.D.. Introdução ao fórum temático. Sustentabilidade nas escolas de Administração: tensões e desafios. **Rev. Adm. Mackenzie - RAM**, 14(3), Edição Especial: 14-25. 2013.

INSTITUTO AKATU; INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas (Percepção do Consumidor Brasileiro)**. 2010

HAIR, J. F. Jr. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HESSELINK, F.; VAN KEMPEN, P.P.; WALSH, A. **ESDebate. International debate on education for sustainable development**. Gland: IUCN, 2000.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189-205, mar. 2003.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. A educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.

LAUDER, H., P. BROWN, J. A. DILLABOUGH & A. H. Halsey. Education, globalization and social change. **Oxford University Press**, Oxford, 2006.

LIMA, Pedro Henrique de Goés; FERREIRA, Tarciana Cardoso; BEZERRA, Yulianne Maria de Siqueira; FEITOSA, Maria José da Silva; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. Consumo consciente: um estudo com estudantes do curso de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica Serra Talhada. RACEF – **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 6, n. 2, p. 97-108, 2015.

MACIEL, L. Novos códigos de sustentabilidade ressignificam o mercado contemporâneo e questionam os critérios que determinam o conceito de sucesso. *Revista Ponto Eletrônico*. Disponível em < <http://pontoeletronico.me/2015/economia-sustentavel/> > Acesso em julho de 2016.

MENEZHINI, E.F.; ROVER, A.; FISCHER, A.; MELLO, R.O. O consumo consciente sustentável: percepção de alunos, coordenadores e articuladores NDES. **Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba**, v. 6, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2015.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Nº 16, 2004. Disponível em: < periodicos.ufsm.br/index.php/eed/article/download/3442/pdf > acesso em: 29/08/2016.

Ministério do Meio ambiente. Agenda 21. 1992

OLIVIO, D. H. V. et al. A ética do Consumo. **Scientia FAER**. Olímpia: São Paulo. Ano 2, Vol. 2, 1º semestre, 2010. Disponível em: < <http://www.fajer.edu.br/revistafajer/artigos/edicao2/denis.pdf> > Acesso em: 29/08/2016.

Organização das Nações Unidas ONU. **‘O Futuro que queremos’**. <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos.pdf>. Visualizado em 11/07/16.

PASTORE, S.; RADELLI, A.A.P; d`AVILA, A.A.F; GANZER, P.P; MELLO, C.B.C; CHAIS, C.; NODARI, C.H; OLEA. P.M.; PRODANOV, C.C; DORION, E.C.H. Consumo Consciente: uma análise entre os alunos de uma Instituição de Ensino Superior da Serra Gaúcha. XV Mostra de Iniciação Científica – Programa de pós-graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2015.

PEREIRA, C. M. et al. Design, inovação social e sustentabilidade: o com conceito De Comunidades Criativas em Nova Lima – MG. **Janus, Lorena**. n. 21, Jan-Jun, 2015. Disponível em: < <http://fatea.br/seer/index.php/janus/article/view/1549/1188> > Acesso em: 29/08/2016.

RESENDE, A. C. L. **A EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE NO ENSINO INFANTIL**. Revista da AJURIS – v. 40 – n. 131 – Setembro 2013.

RIBEIRO, J. A., VEIGA, R. T. Proposição de uma escala de consumo sustentável. **R. Adm.**, São Paulo, v. 46, n.1, p. 45-60, jan/fev/mar. 2011.

SANCHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, J., **Implantando a agenda 21 na escola**. São Paulo, 2006. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/6541959/Tcc-EducaCAo-Ambiental>>. Acesso em 06/07/2014.

TILBURY, D. Environmental education for sustainability: a force for change in higher education. In: CORCORAN, P. B.; WALS, A. E. J. **Higher education and the challenge of sustainability**: problematics, promise, and practice. Dordrecht: Kluwer Academic, 2004. p. 97-112.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. UFSM em Números. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/indicadores/select/11>> Acesso em: 26/08/2016.

_____, Plano de Gestão de Logística Sustentável UFSM 2013-2015. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/78289d73-cac5-45ff-9cc6-bdb3200a109b.pdf>> Acesso em: 30/05/2016.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/>>. Acesso em: agosto de 2016.

VELOSO, *et al.* **Educação para o Desenvolvimento Sustentável - EDS**: aspectos epistemológicos, metodológicos e socioambientais nos projetos desenvolvidos em Boa Vista/RR. Universidade Aberta do Brasil – UAB / Universidade Federal de Roraima (UFRR), 2011.